



UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

Curso: Mestrado em Direitos Humanos	Disciplina: Violência Criminalidade e Segurança Pública
Créditos: 03	Carga horária: 45h

Ementa

A disciplina Violência, Criminalidade e Segurança Pública visa discutir as experiências das violências na sociedade contemporânea e seus impactos no campo dos direitos humanos. Considerando as principais teorias explicativas sobre o fenômeno da criminalidade, procura-se analisar o crime e o medo do crime na formulação e estruturação das políticas públicas, em especial de segurança. Neste sentido, é indispensável também analisar os caminhos da política criminal no Brasil e o olhar da Justiça restaurativa no enfrentamento das questões criminais, numa perspectiva crítica de direitos humanos.

Objetivo Geral: analisar e discutir os desdobramentos da violência, da criminalidade e da Segurança pública, na sociedade contemporânea, a partir de uma perspectiva crítica de direitos humanos.

Objetivos Específicos

- Analisar e questionar a política criminal brasileira;
- Compreender os impactos das tecnologias no contexto das Políticas de Segurança Pública e violação de direitos humanos;
- Analisar a Justiça Restaurativa cm caminho às questões criminais;
- Identificar e aprofundar sobre as violências de gênero e se existem políticas públicas de prevenção e repressão à violência doméstica;
- Repensar a formulação de políticas públicas no contexto da segurança pública;

Conteúdo Programático

Sistema Penitenciário e Política criminal no Brasil; Racismo estrutural, Prisões e Segurança Pública; Direitos Humanos, Tecnologias e Políticas Públicas de Segurança; Rede de Enfrentamento e Segurança Pública; Justiça Restaurativa – caminhos e experiências; Violências de Gênero e Políticas Públicas de Prevenção.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

Apresentação de seminários, debates, projetos de intervenção social.

A avaliação será feita por meio da análise contextualizada de todas as produções propostas, durante o semestre.

Bibliografia Básica

BUCCI, M. P. D. Buscando um conceito de políticas públicas a concretização dos direitos humanos. *Direitos Humanos e Políticas Públicas*. São Paulo, Pólis, 2001, p. 60 (Cadernos Polís).

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. Pólen, São Paulo, 2019.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BATISTA, Vera Malaguti. A questão criminal no Brasil contemporâneo. *Margem Esquerda*, n. 8, p. 37-41, 2016

BAUMAN Zygmunt . *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

GARLAND David. *A cultura do controle. Crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2008.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

ZIZEK, Slavoj. *Violência*. Lisboa: Relógio D'Água editores, 2009.

ROLIM, Marcos. Caminhos para inovação em Segurança Pública no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Nº 34, junho de 2007.

Referências complementares

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wpcontent/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminism>

DUARTE, Evandro Piza; AVELAR, Laís da Silva; GARCIA, Rafael de Deus. Suspeitos? Narrativas e expectativas de jovens negros e negras e policiais militares sobre a abordagem policial e a discriminação racial em Brasília, Salvador e Curitiba. *Revista Quaestio Iuris*, [S.l.], v. 11, n. 04, p. 3316-3336, dez. 2018. ISSN 1516-0351. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/34319/27097>>. Acesso em: 26 jan. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/rqi.2018.34319>.